



Projeto de lei da reforma trabalhista chega ao Senado



À mesa, Wellington, Cássio e Gladson na sessão em que senadores debateram a tramitação da reforma trabalhista na Casa

De acordo com primeiro-vice-presidente da Casa, Cássio Cunha Lima, texto passará por duas comissões temáticas e deverá ser votado no Plenário dentro de um mês

Chegou ontem ao Senado o projeto de reforma trabalhista aprovado na semana passada na Câmara. Entre outros pontos, o texto prevê que o negociado entre patrões e empregados poderá prevalecer em relação ao previsto em lei e permite que os trabalhadores dividam as férias em até três períodos. Senadores governistas afir-

nam que a mudança adapta a legislação ao mercado de trabalho do século 21. Senadores opositoristas dizem que o governo busca beneficiar empresários e retirar direitos dos trabalhadores. O projeto passará por duas comissões antes de ir para o Plenário. A oposição apresentou requerimento para que mais duas comissões analisem o texto. **3**

Aprovado voto de pesar pela morte de Belchior **2**

Volta à Câmara proposta sobre uso racional da água **6**

Impasse adia eleição na Comissão de Orçamento **7**

Colegiado analisa compensação para estado exportador **5**

Carlos Gomes poderá ser incluído no Livro de Heróis da Pátria **6**

Casa confirma acordo sobre Aquífero Guarani

Aprovado ontem pelo Plenário do Senado, vai para a promulgação o projeto de decreto legislativo que confirma acordo firmado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai sobre o Aquífero Guarani, que prevê uso racional das águas do reservatório subterrâneo. **7**



Senadora Ana Amélia relatou o projeto que trata do aquífero

Debatedores: omissão de autoridades levou a chacina

Representantes de movimentos sociais e de órgãos públicos disseram, em audiência da Comissão de Direitos Humanos, que a tortura e o assassinato violento de nove trabalhadores rurais em Colniza, no norte de Mato Grosso, em 19 de abril, foi uma consequência da omissão do Estado quanto aos conflitos sociais na região. **8**



Regina Sousa (C) preside debate na Comissão de Direitos Humanos sobre massacre de trabalhadores rurais no Mato Grosso

CPI da Previdência convida para audiências públicas

Comissão aprovou 106 requerimentos para ouvir especialistas e autoridades e requisitar documentos de instituições e órgãos públicos. Relator, Hélio José afirmou que na próxima reunião deve apresentar plano de trabalho. **4**



Colegiado se reúne pela primeira vez e promete um diagnóstico da situação

Discussão sobre foro privilegiado continua hoje

A proposta que restringe o foro privilegiado terá hoje a segunda sessão de discussão no Plenário, em segundo turno. E a PEC que torna imprescritível o crime de estupro teve ontem a quarta discussão em primeiro turno. **3**

Emirados Árabes e Chile terão novos embaixadores **3**

Plenário aprova indicado a diretor da Antaq **4**



Você sabe quanto a União gasta com terceirização de mão de obra? E quais são as áreas do governo que mais demandam esse tipo de despesa?

Agora, no Painel Cidadão do Siga Brasil você pode consultar usando palavras chave e expressões simples. O resultado é rápido e direto, apresentado de forma visual, por meio de gráficos e tabelas.

Acesse www.senado.leg.br/painelcidadao

SIGA BRASIL
Cidadão

Senado debate dificuldade de alunos brasileiros no Japão

Filhos de brasileiros que vivem no país asiático enfrentam dificuldades para se adaptar ao modelo educacional japonês, o que, segundo Cristovam, leva esses migrantes à criminalidade

A SITUAÇÃO DA educação de filhos de brasileiros que vivem com os pais no Japão será tema de uma audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O requerimento, aprovado ontem, foi proposto por Cristovam Buarque (PPS-DF). Na estimativa do senador, entre 300 mil e 500 mil crianças e adolescentes radicados no Japão enfrentam dificuldades para acompanhar as escolas daquele país, ficando numa condição de abandono em termos educacionais.

Mesmo os que são matriculadas em escolas brasileiras — parte patrocinada por japoneses de origem brasileira e outras particulares — não se encontram em melhor situação, de acordo com Cristovam. Ele disse que já visitou algumas dessas escolas e constatou que falta qualidade.

— As crianças terminam abandonando as escolas. Quando seus pais decidem voltar ao Brasil, elas estão absolutamente desadaptadas.

O senador disse que no Japão, onde os índices de criminalidade são extremamente baixos, tem se destacado a quantidade de adolescentes brasileiros infratores. A seu ver, isso é reflexo das dificuldades de inserção desses jovens na vida japonesa e no seu sistema educacional.

Assistência

Cristovam sugeriu que seja estudada uma forma de assistência educacional.

Para debater o problema, ele incluiu entre os convidados para a audiência, em data a ser marcada, representantes dos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores.

— Temos responsabilidade. Obviamente, vão dizer que não



Cristovam Buarque propõe audiência sobre situação de estudantes no Japão

há recursos, mas temos que exercer essa responsabilidade na medida do possível.

Conferência

A CE decidiu antecipar para data “tão breve quanto possível” uma audiência requerida por Fátima Bezerra (PT-RN) para avaliar obstáculos que, segundo a senadora, estão sendo colocados pelo governo ao funcionamento do Fórum Nacional de Educação (FNE).

Com o entendimento da CE, deixou de ser votada uma moção de repúdio ao Ministério da Educação, sugerida também pela senadora, como resposta a novas medidas que, a seu ver, prejudicam o FNE. Ela se referiu a um decreto assinado em 26 de abril “intempestivo e autoritário” que modificou o processo de estruturação da próxima Conferência Nacional de Educação (Conae).

O decreto adiou as etapas estaduais e nacional da Conae para o segundo semestre de 2018, informou a senadora. Além disso, transferiu prerrogativas da FNE em relação às conferências para o Ministério da Educação. Segundo ela, o objetivo é anular as funções do

FNE e prejudicar a participação social nas políticas de educação, que ocorre via Conae.

Fátima observou que o FNE não é uma entidade da sociedade civil, mas um espaço de interlocução entre a sociedade e o Estado, instituído por uma lei — a Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Pela lei, a União promoverá pelo menos duas conferências nacionais de educação até o final do decênio, precedidas de conferências municipais e estaduais articuladas pelo FNE.

— O governo está jogando a lei que aprovou o Plano Nacional de Educação na lata do lixo e demonstrando total descompromisso com a participação social na concepção, implementação e avaliação da política nacional de educação — criticou a senadora.

Mesmo considerando que a denúncia merece atenção, senadores disseram que não conheciam o teor do decreto e sugeriram que a moção de repúdio fosse posta de lado, mas que houvesse prioridade para a audiência destinada a tratar da situação do FNE no governo Temer.

Para Humberto Costa, governo Temer está destruindo o Brasil

Para Humberto Costa (PT-PE), a greve geral do dia 28 representou um “basta” ao governo do presidente Michel Temer, o qual ele definiu como “arruinado” e promotor do desmonte de conquistas históricas dos trabalhadores.

— A desgraça em que o país está hoje é responsabilidade do PSDB, do PMDB, do PPS, que apoiaram e apoiam integralmente o governo Temer, uma gestão que está destruindo o Brasil.



Fátima: Planalto comete atentado contra trabalhadores

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que o Brasil viveu em 28 de abril a maior greve de sua história. Segundo ela, a pauta da paralisação — contra as reformas da Previdência e trabalhista — uniu milhões de pessoas.

A senadora salientou que não foi uma greve apenas dos sindicatos e dos partidos da oposição. Para ela, foi um movimento da sociedade, pois as pessoas entenderam que as reformas são um atentado aos direitos dos trabalhadores.



Senadores aprovam voto de pesar pela morte de Belchior

Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou no Plenário um voto de pesar pela morte do cantor e compositor cearense Belchior, falecido aos 70 anos, na segunda. O pedido teve apoio de outros 29 senadores.

— Belchior foi referência pela força da sua poesia. Ele tinha uma profundidade tremenda no pensamento e soube, como poucas pessoas, colocar em versos a revolta e insatisfação, não com a política ou o Brasil, mas com a vida — disse Tasso.

Para José Pimentel (PT-CE), Belchior foi o maior poeta brasileiro, considerado o Bob Dylan do Nordeste:

— Ele deixa uma grande lacuna. Esperamos que continue com seu espírito rebelde também lá no céu.

O vice-presidente do Se-

nado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), complementou as condolências à família do cantor, o qual contou ter tido a “honra” de conhecer.

— De uma forma ou de outra, uma geração inteira se sente tocada pelas músicas de Belchior — declarou.

Alvaro Dias (PV-PR) lembrou a colaboração do cantor em comícios da campanha Diretas Já, em 1984, no Paraná.

— Tive a oportunidade de conviver com ele em grandes concentrações populares, sempre de forma espontânea, desprendida, contribuindo com a sua popularidade para o crescimento da campanha nas ruas do meu estado.

Fátima Bezerra (PT-RN) e Rose de Freitas (PMDB-ES) também apoiaram no Plenário o voto de pesar.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos proferidos por senadores no Plenário depois da ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Justiça mais célere**
8h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia pode analisar o PLS 56/2015, que facilita trâmites judiciais, e mais 26 itens.
- CDR Rio São Francisco**
8h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo define plano do grupo de trabalho que acompanhará as obras no Rio São Francisco. Depois, pauta de 5 itens.
- CAS Agentes de turismo**
9h A Comissão de Assuntos Sociais pode votar o PLS 55/2011, que regula a profissão de agente de turismo, e mais 15 itens.
- CRA Funrural**
9h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove audiência sobre os efeitos do recolhimento de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.
- CTFC Cartões de crédito**
9h30 A Comissão de Transparência faz audiência sobre as altas taxas de juros cobradas pelos cartões de crédito. Depois, pauta de 11 itens.
- CCJ Advogado-geral da União**
10h A Comissão de Constituição e Justiça pode votar a PEC 125/2015, que fixa critérios para escolha do advogado-geral da União, e mais 41 itens.
- MP 762/2016 Isenção de taxa**
10h30 A comissão da MP que prorroga isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante avalia relatório.
- CDH Pessoas desaparecidas**
11h A Comissão de Direitos Humanos pode analisar o PLS 667/2011, que institui o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, e mais 15 itens.
- MP 766/2017 Regularização tributária**
14h A comissão da MP que cria o Programa de Regularização Tributária analisa relatório.
- PLENÁRIO Fim do foro privilegiado**
14h A PEC 10/2013, que extingue o foro privilegiado, passa pela segunda sessão de discussão em segundo turno.
- CAE Custo Brasil**
14h30 A Comissão de Assuntos Econômicos promove audiência sobre o custo Brasil e soluções para gerar emprego e renda.
- CPI DA PREVIDÊNCIA Audiência**
14h30 A CPI faz audiência com representantes sindicais dos auditores fiscais do Trabalho e da Receita Federal e dos procuradores da Fazenda Nacional.
- MP 754/2016 Preço dos remédios**
14h30 A comissão da MP que trata do reajuste dos remédios analisa relatório.
- MP 759/2016 Imóveis urbanos e rurais**
14h30 A comissão da MP sobre regularização fundiária analisa relatório.
- VIOLENCIA CONTRA A MULHER Eleição**
15h A comissão instala os trabalhos e elege presidente e vice. Depois, apresentação de relatório das atividades em 2015 e 2016.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Senado recebe projeto da reforma trabalhista

Líderes decidiram que proposta será submetida a duas comissões antes de ir a voto no Plenário. Oposição quer análise de mais dois colegiados

A REFORMA TRABALHISTA proposta pelo governo federal chegou ontem ao Senado. O projeto de lei (PLC 38/2017) será despachado para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Assuntos Sociais (CAS).

A líder do PT, senadora Gleisi Hoffmann (PR), e o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) encaminharam requerimentos pedindo que as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) também sejam encarregadas de analisar a reforma trabalhista antes da votação no Plenário. Esses requerimentos serão votados na sessão deliberativa de hoje.

O vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), adiantou que comissões extras também poderão ser adicionadas à tramitação da reforma por um ato do presidente da Casa, Eunício Oliveira. Eunício está em São Paulo para exames médicos e deve retornar ao Senado hoje.

Complexidade

Segundo argumentaram os senadores, a CCJ precisa ser consultada porque a reforma altera profundamente uma das legislações mais antigas, extensas e influentes do país, que é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A importância da CDH foi defendida com o argumento de que o debate sobre as condições de trabalho pertence ao campo dos direitos humanos.

Randolfe lembrou as manifestações da última sexta-feira para sustentar que o tema da reforma trabalhista é polê-



Senadores da oposição, Lídice, Randolfe e Vanessa pedem que a reforma trabalhista seja discutida em mais comissões

mico, sofre muita oposição na sociedade e precisa ser discutido a fundo.

— Um projeto com esse grau de complexidade, que foi motivador na última sexta-feira da maior greve geral que este

país já teve, não pode passar aqui a toque de caixa.

Diálogo

Gleisi observou que o fato de os senadores estarem debatendo acaloradamente sobre

quais comissões devem analisar o projeto demonstra, por si só, que a reforma trabalhista não é um assunto simples.

— Para ver a importância da matéria, ela gerou os debates que estamos fazendo aqui

Texto vai a Plenário em 1 mês, diz vice-presidente da Casa

O PLC 38/2017, que trata da reforma trabalhista, deve ser votado pelo Plenário em 30 dias, disse o primeiro-vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), após a reunião dos líderes dos partidos. Também ficou decidido que o projeto tramitará na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em relação à possível tramitação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Cássio disse não haver essa necessidade, já que a análise de constitucionalidade do projeto foi feita pela Câmara.

Para o líder do PSDB, Paulo Bauer (SC), por questão regimental, tramitar em apenas

duas comissões, definidas pela presidência da Casa, é o suficiente para análise da proposta.

— Será mais produtivo ouvirmos depoimentos e manifestações nas comissões técnicas para depois ser votada no Plenário.

Sobre a definição de caráter de urgência da tramitação do projeto, o senador afirmou que a base governista não entende como algo necessário. Contudo, todos os pedidos de regime de urgência que forem feitos serão analisados em Plenário.

— Julgo oportuno e de boa medida que a matéria tramite tanto nas CAS quanto na CAE pela sua relevância, até porque esse debate no Senado

permitirá que através da imprensa e das redes sociais os esclarecimentos sejam feitos.

O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para, segundo o governo, adaptar a legislação às novas relações de trabalho. O PLC 38/2017 é um substitutivo do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) à proposta do governo enviada ao Congresso no fim do ano passado.

— Aprovar a reforma trabalhista é uma necessidade imperiosa, é um ato de defesa do trabalhador, sobretudo o trabalhador que não está protegido pela CLT, que está na informalidade, que está no subemprego ou aqueles que estão desempregados — afirmou Cássio.

Foro privilegiado é discutido em segundo turno

A proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado (PEC 10/2013) deve passar hoje pela segunda sessão de discussão no Plenário do Senado, em segundo turno. O Plenário fez ontem a primeira sessão de discussão em segundo turno. Apresentada pelo senador Alvaro Dias (PV-PR), a proposta precisará passar por uma terceira sessão de discussão antes de ser votada em segundo turno.

A PEC determina o fim do foro por prerrogativa de função para todas as autoridades brasileiras, inclusive o presidente da República, nas infrações penais comuns.

A proposta também permite a prisão de membros do Congresso condenados em segundo grau nas infrações comuns. Hoje eles são julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e só podem ser presos após condenação definitiva dessa Corte.

Crime de estupro

Os parlamentares também cumpriram a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que torna imprescritível o crime de estupro. O texto (PEC 64/2016) faz o estupro figurar, juntamente com o racismo, como crime “inafiançável e imprescritível”

A mudança significa que o crime poderá ser punido a qualquer tempo, mesmo depois de vários anos da ocorrência do estupro. Atualmente, o tempo de prescrição varia de acordo com o tempo da pena, que é diferente em cada caso. O tempo de prescrição pode se estender a até 20 anos.

Também foram discutidas as PECs 77/2015, que cria o Simples Municipal, e a 103/2015, que permite ao Congresso entrar em recesso mesmo sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ambas passaram pela terceira sessão de discussão em primeiro turno.

Aprovados embaixadores para Chile e Emirados Árabes Unidos

O Plenário aprovou ontem duas indicações presidenciais para as embaixadas do Brasil no Chile e nos Emirados Árabes Unidos.

A indicação do diplomata Carlos Sérgio Sobral Duarte para o cargo de embaixador do Brasil no Chile foi aprovada por 54 votos a favor, 2 contra e 1 abstenção (MSF 12/2017).

Duarte ingressou nos quadros do Itamaraty em 1982. O diplomata é o atual representante da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York.

Já a indicação de Fernando Luís Lemos Igreja para Abu

apenas sobre a tramitação nas comissões. Imagina como será quando nós discutirmos o conteúdo.

O senador Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo para que o diálogo passe pela CDH. Ele manifestou a intenção de modificar o máximo possível do texto enviado pela Câmara dos Deputados.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) alertou para os riscos de judicialização da reforma trabalhista caso ela seja aprovada sem “as devidas correções de rumo” que poderiam ser feitas pela CCJ. Ela destacou especialmente um ponto da proposta para demonstrar que ela tem vários questionamentos de natureza jurídica, que precisam ser respondidos pela comissão competente.

— A CCJ é absolutamente indispensável num projeto que tem um dos pilares a ideia de que o acordado se sobrepõe ao legislado. Essa reforma, se passar no Senado, será judicializada sem dúvida alguma, pelos erros e inconstitucionalidades graves que contém.

Audiências públicas

Senadores da base do governo também manifestaram a intenção de ver a proposta tramitando por mais comissões. Eduardo Braga (PMDB-AM) afirmou ser “inadmissível” aprovar o PLC 38/2017 no Senado sem o parecer da CCJ. A participação da CDH, para ele seria objeto de “disputa política”, mas a comissão também pode ser incluída caso o Plenário ache conveniente.

O líder do PSD, Omar Aziz (AM), declarou que o partido é contra a versão atual da reforma trabalhista e também criticou a possibilidade de uma apreciação muito rápida do assunto no Senado. Ele defendeu a convocação de audiências públicas.

Dhabi, a capital dos Emirados Árabes Unidos, foi aprovada por 53 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção (MSF 11/2017).

Os sete emirados são Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Ajman, Umm al-Quwain, Ras al-Khaimah e Fujairah. A maior cidade é Dubai.

Em março, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu o xeique Abdullah Bin Zayed Al Nahyan, príncipe e ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes. Eles discutiram projetos de cooperação.

CPI da Previdência aprova 106 requerimentos

Primeira reunião da comissão tratou dos convites a autoridades e especialistas no assunto para audiências públicas, além dos pedidos de informação a órgãos públicos

EM SUA PRIMEIRA reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência aprovou 106 requerimentos, a maioria para convidar autoridades e especialistas a participar de audiências públicas, além de pedidos de informações a órgãos públicos.

Entre os convidados para audiências estão os ministros da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Torquato Jardim; da Fazenda, Henrique Meirelles; e do Planejamento, Dyogo Oliveira. Deverão ser convidados também os secretários da Previdência, Marcelo Caetano, da Receita Federal, Jorge Rachid, e do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, além do procurador-geral da Fazenda Nacional, Fabrício da Soller. O relator da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), também deve participar.

Além disso, foi aprovado requerimento para que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) encaminhe à CPI a lista dos mil maiores devedores do setor e os montantes dos débitos.

A primeira audiência acontece hoje, às 14h, para ouvir representantes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais



Instalado, colegiado presidido por Paulo Paim (D) promete "abrir a caixa-preta" das contas previdenciárias do país

da Receita Federal (Sindfisco) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

A comissão pretende se reunir duas vezes por semana, às segundas e quartas-feiras, no período da tarde.

Equilíbrio

Para o presidente da CPI, senador Paulo Paim (PT-RS), a comissão está equilibrada, pois tem membros tanto da oposição quanto da situação.

— Todos os membros vieram espontaneamente a esta comissão porque querem abrir essa caixa fechada que é a Previdência. Por isso todos serão chamados a falar, empregado, empregador, representante da Receita Federal, do Ministério Público, da própria Polícia Federal, do governo e técnicos — disse Paim.

Hélio José (PMDB-DF), relator da comissão, afirmou

que o objetivo é trabalhar com os 12 membros do colegiado, a sociedade e os demais senadores da Casa. Ele disse que apresentará o plano de trabalho na próxima reunião.

— Hoje [ontem] ouvi algumas sugestões e algumas opiniões dos outros senadores para que a gente possa apresentar um plano de trabalho que não nos engesse, que nos garanta ter condição de caminhar no sentido claro de abrir a caixa-preta das contas — disse Hélio José.

O relator afirmou ainda que é servidor público concursado e observou que os servidores públicos pagam mensalmente a contribuição à Previdência, assim como trabalhadores da iniciativa privada. Segundo ele, ninguém pode ser penalizado por cerca de 10 mil empresas que não arrecadam.

Lasier Martins (PDS-RS) disse que está na "ala" neutra de senadores que quer a

verdade. Ele afirmou acreditar que a CPI dará resultados e demonstrou preocupação com as afirmações do relator.

— Não é hora de estarmos distinguindo o trabalho do servidor público e o trabalho na iniciativa privada. Eu não tenho precondição alguma. Nós queremos aqui a verdade. O nosso relator, que vai ter uma atividade relevantíssima, fez questão de acentuar que é servidor público, mas isso não deve vir ao caso — afirmou o senador.

Auditorias

Ex-ministro da Previdência, o senador José Pimentel (PT-CE) afirmou que há um conjunto de auditorias já realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU) que podem auxiliar o trabalho da comissão.

— Eu apresentei um conjunto de requerimentos nesse

sentido, para que possamos nos apropriar desses bancos de dados, desses relatórios e, a partir daí, fazermos em nossa comissão um planejamento para dar conta das demandas ali apresentadas, das que já foram atendidas e das outras que faltam ser cumpridas — afirmou.

A previdência pública, na avaliação do senador, não está quebrada. Para ele, o problema é de gestão.

— Nós queremos fazer um trabalho técnico profundo para que, no dia de amanhã, não volte esse ou aquele governo a dizer que a previdência pública está quebrada. O que nós temos é uma gestão que muitas vezes não dá conta dos problemas que ali existem — afirmou.

Muita informação

O volume de informações que a comissão coletará preocupa o senador João Capiberibe (PSB-AP). Para ele, o excesso de dados pode atrapalhar o trabalho. O parlamentar apontou alguns assuntos que considera necessário serem tratados pela comissão, como os regimes geral e próprio, a estrutura de arrecadação, a extinção do Ministério da Previdência e isenções previdenciárias.

— Temos de esclarecer esses valores para a sociedade, até para justificar uma reforma da Previdência de caráter tão urgente, como pretende o governo — afirmou.

Plenário confirma indicação para cargo de diretor da Antaq

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação de Francisval Dias Mendes para a diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O nome havia sido aprovado pela manhã na Comissão de Infraestrutura (CI), após sabatina. A indicação teve em Plenário 46 votos favoráveis, 10 contrários e 1 abstenção.

Advogado e ex-diretor-regulador da Ouvidoria da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso, Mendes ressaltou a necessidade de aprimoramento do marco regulatório para o setor, o que permitirá a ampliação e a melhoria da qualidade de portos e hidrovias. Segundo ele, a Antaq tem tratado com "absoluta prioridade" tais questões.

— Buscamos prover o setor aquaviário nacional de segurança jurídica e estabilidade regulatória e prover o desenvolvimento das hidrovias e navegação de cabotagem e



Francisval Mendes observa Eduardo Braga na condução da Comissão de Infraestrutura, que sabatinou o indicado à Antaq

a imediata viabilização de investimento no âmbito do setor portuário nacional, seja por meio da licitação de arrendamentos portuários, da prorrogação antecipada dos contratos de arrendamento em vigor ou da concessão de outorgas de novas instalações portuárias privadas — disse.

Mais eficiência

Mendes também salientou a busca por eficiência e pelo de-

envolvimento de um sistema tarifário mais justo, que reflita e remunere adequadamente os serviços prestados e a infraestrutura. Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da CI, tocou nesse ponto, ao cobrar a revisão de tarifas de navegação interna que aumentam o custo Brasil e foram criadas no período imperial, soando desconectadas hoje.

— A Antaq está próxima e atenta às dificuldades en-

frentadas pelos usuários dos portos e tem como objetivo sistemático assegurar previsibilidade acerca da qualidade dos serviços que receberão e dos preços que lhes serão cobrados — afirmou Mendes.

O relator da indicação, senador Pedro Chaves (PSC-MT), destacou o conhecimento do sabatinado sobre o setor de regulação.

Francisval Mendes irá completar a diretoria da Antaq,

composta por três diretores e que há meses estava desfalcada, sem a possibilidade do "voto de Minerva" empregado nas votações sobre decisões conflituosas.

Descentralização

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) criticou a centralização das decisões sobre os portos brasileiros, promovida pela Lei 12.815/2013, a nova Lei dos Portos. Segundo o senador, a lei centralizou decisões no Ministério dos Transportes, retirou poder de diretorias locais, tolheu a atração de novos investimentos e engessou a autonomia dos portos, como o de Suape, em Pernambuco.

O sabatinado frisou que não cabe à Antaq a formulação de políticas públicas, mas disse que, na hipótese de passar a existir a delegação, seu posicionamento é de que "seja restabelecida a competência decisória às autoridades portuárias".

Comissão avalia relatório sobre regras para compensar estados exportadores

Ferrazo apresentou voto favorável a projeto de Lúcia Vânia que visa disciplinar repasse de recursos para compensação de perda do ICMS

O PROJETO QUE define regras para compensação da União aos estados exportadores (PLS 38/2017) recebeu parecer favorável na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ontem o relator, Ricardo Ferrazo (PSDB-ES), leu seu voto a favor da proposta, mas o presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), concedeu vista, a pedido de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e a votação foi adiada.

De autoria de Lúcia Vânia (PSB-GO), a proposta busca disciplinar a compensação aos estados que perdem arrecadação do Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a desoneração de produtos para exportação estabelecida pela Lei Kandir (LC 87/1996). O projeto estabelece o montante dessa compensação em R\$ 1,9 bilhão para 2017.

Ferrazo esclareceu no relatório que a transferência para estados e municípios já está prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2017. O que o PLS pretende, diz o senador, não é criar novas despesas para a União, mas “tão somente disciplinar a forma como os recursos serão alocados”.

O projeto prevê a transferência para estados, Distrito Federal e municípios até o décimo dia útil de cada mês, em parcelas proporcionais aos coeficientes individuais de cada ente federativo discriminados em um anexo ao projeto. Determina ainda que a União entregará 75% diretamente ao próprio estado e 25% aos seus municípios, na proporção da respectiva parcela de ICMS.

A proposta obriga o governo federal a definir em 30 dias após a publicação da lei as regras de prestação de informação pelos estados e pelo

DF relativa à manutenção e ao aproveitamento de créditos de ICMS pelos exportadores. O ente que não prestar as informações ficará sujeito à suspensão do recebimento do auxílio, conforme a proposta.

Falta de regularidade

Lúcia Vânia observou que em 2004 a União instituiu o Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), com a liberação de recursos para estados e municípios. Entretanto, diz a autora, desde 2013 essa transferência deixou de ser regular, “o que tem prejudicado a programação financeira de estados e municípios”.

Durante a reunião, foram lidos relatórios sobre várias propostas em tramitação, como o PLS 535/2015, que eleva para 34% a alíquota do Imposto de Renda na Fonte incidente sobre os rendimentos decorrentes de operação em que o beneficiário seja domiciliado em país com tributação favorecida.

Foram aprovados quatro relatórios contrários a propostas, que serão agora votados em outras comissões da Casa. Um desses projetos (PLS 373/2013) obriga a notificação do devedor previamente à venda extrajudicial de bem objeto de alienação fiduciária em garantia.

Jorge Viana condena ataque a índios e critica corte na Funai

Jorge Viana (PT-AC) lamentou em Plenário a chacina de trabalhadores rurais em Mato Grosso, em 19 de abril, e também o ataque sofrido por índios em Viana, no Maranhão.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador apontou o corte de 44% no orçamento da Funai como crucial para o protesto que reuniu 4 mil índios em Brasília, na semana passada. Ele fez um apelo para que os senadores não se calem diante da matança de índios e pediu que o ministro da Justiça, Osmar Serraglio, receba representantes dos indígenas e faça com que a Polícia Federal prenda os responsáveis pela violência.

Gladson defende prorrogar incentivos de Sudam e Sudene

Projeto que prorroga, até 2023, os incentivos fiscais concedidos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) foi defendido por Gladson Cameli (PP-AC). Os incentivos, que beneficiam 768 empresas na Amazônia, valem até 2018.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo o senador, a proximidade do fim dos incentivos já inibe investimentos. Para Gladson, sem projetos adequados, essa região ambientalmente sensível, de importância global, poderá sofrer com o subdesenvolvimento.

Ana Amélia apoia trabalhadores de polo naval do RS

Ana Amélia (PP-RS) pediu à Petrobras a retomada das obras da Plataforma 71, no polo naval de Rio Grande (RS). A senadora defendeu que trabalhadores brasileiros administrem a obra e advertiu que, se a Petrobras transferir a outros países a função de concluir a plataforma, há riscos de desmantelamento da indústria naval gaúcha e de desemprego.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— É preciso ter um olhar sobre esses aspectos sociais, porque a cadeia produtiva não se limita a produzir uma plataforma. O total de empregados nesse polo chega a 81 mil trabalhadores diretos.



O relator, Ricardo Ferrazo, conversa com o presidente da comissão, Tasso Jereissati, que concedeu vista da proposta

Audiência hoje discute impacto dos spreads bancários no custo Brasil

Os *spreads* bancários e sua influência no custo Brasil serão tema de audiência pública hoje, às 14h30, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O debate tem o objetivo de identificar os principais obstáculos que compõem o custo Brasil e oferecer soluções para facilitar o empreendedorismo e as empresas no país, a fim de gerar mais empregos e renda.

Spread bancário é a diferença entre os juros cobrados pelo banco ao emprestar e a taxa que ele paga ao cliente

ao captar dinheiro.

O custo Brasil é um termo genérico utilizado para nomear as dificuldades burocráticas, econômicas e estruturais que dificultam o investimento no país.

A audiência será a segunda realizada pelo Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas. Criado após Tasso Jereissati (PSDB-CE) assumir a presidência do colegiado, o grupo é coordenado por Armando Monteiro (PTB-PE), que solicitou a audiência.

Em sua justificativa, Armando afirmou que os *spreads* bancários e o custo de financiamento do capital são desproporcionalmente elevados no Brasil para qualquer padrão de comparação internacional.

Foram convidados para a audiência o chefe do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil, Túlio José Lenti Maciel, e o gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flavio Pinheiro de Castelo

Branco.

Também estão convidados o presidente da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços, Fernando Teruó Yamada, o professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) Christiano Arrigone Coelho e o diretor-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), José Ricardo Aguiar Alves.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Colegiado vota parecer sobre MP que prorroga isenção para cargas

Deve ser votado hoje o relatório sobre a medida provisória que prorrogou o prazo de isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante sobre mercadorias cuja origem ou destino sejam portos localizados nas Regiões Norte e Nordeste.

Antes da MP 762/2016, a lei estabelecia isenção até 8 de janeiro de 2017. Com a entrada da medida em vigor, são dois anos a mais de benefício, até

8 de janeiro de 2019. Porém, o relator, deputado Felipe Maia (DEM-RN), acatou emendas para dilatar o prazo ainda mais, até janeiro de 2020. A extensão é válida para as navegações de cabotagem (entre portos brasileiros), interior fluvial e lacustre.

O adicional é destinado ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

O tributo foi criado em 1987.

De acordo com o governo, a prorrogação contribuirá para o desenvolvimento econômico das regiões beneficiadas com a redução das desigualdades regionais. A redução na carga tributária sobre o frete aquaviário de cabotagem e interior deve manter a atratividade desse modal de transportes e evitar a migração de cargas para o transporte rodoviário.

Outra emenda acatada pelo

relator também concede isenção a mercadorias importadas por portos localizados no Norte e Nordeste.

Para ter a isenção, as mercadorias têm que ser destinadas à industrialização ou ao consumo por empreendimentos que forem implantados, modernizados, ampliados ou diversificados nessas regiões. A avaliação será feita pelas superintendências de desenvolvimento (Sudam e Sudene).



Davi Alcolumbre preside reunião que aprovou substitutivo a projeto da Câmara sobre uso da água em prédios públicos

Projeto força repartição federal a economizar água

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Meio Ambiente estabelece ações para economia de água e otimização do uso. O texto, modificado em substitutivo de Paulo Rocha, volta agora para a Câmara

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) aprovou substitutivo a projeto que estabelece medidas para a economia e a otimização do uso da água em prédios da administração pública federal. Por ter sido modificada pelo Senado, a proposta (PLC 84/2014) será reexaminada pela Câmara.

“A obrigação legal de economia de água em prédios públicos proposta é ideia extremamente válida e necessária, mas exige um maior esmero na técnica legislativa da proposição, de modo a assegurar que tanto sua abrangência quanto seu próprio objeto sejam devidamente delineados”, considerou o relator, Paulo Rocha (PT-PA), em seu parecer.

No substitutivo, Rocha argu-

mentou que a racionalização do uso da água em prédios públicos não depende só da instalação de dispositivos e equipamentos hidráulicos. Precisa envolver vistorias periódicas para a detecção de vazamentos e desperdícios, monitoramento e avaliação regular do consumo hídrico e planos de logística sustentável que estabeleçam meios e metas para redução do consumo.

Infração

O texto sugere ainda um prazo de dois anos para que a administração federal promova os ajustes necessários nos prédios que ocupa. O descumprimento deverá sujeitar os agentes públicos a infração administrativa ambiental (Lei 9.605/1998).

Duas outras questões foram acrescentadas por Rocha no substitutivo. A primeira obriga a administração federal a só alugar prédios de particulares dotados de equipamentos de economia de água.

Sustentabilidade

A segunda prevê a realização de campanhas educativas para conscientizar servidores e usuários de prédios públicos da necessidade de evitar desperdício de água.

“É preciso trazer o público para o lado da sustentabilidade, o que impõe a realização de campanhas educativas periódicas, até que hábitos sustentáveis passem a se firmar definitivamente como reflexo de uma consciência transformada”, sustentou Rocha.

Votação sobre moratória de usina nuclear é adiada

Sem acordo para votação ontem, dois projetos de lei voltarão a ser analisados pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) na próxima semana. O primeiro (PLS 405/2011), de Cristovam Buarque (PPS-DF), suspende por 30 anos a construção de novas usinas termonucleares. O segundo (PLS 54/2016), de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), torna crime ambiental o derramamento de chorume no solo ou na água por caminhão de lixo e fixa pena de reclusão de um

a cinco anos.

A controvérsia em torno do PLS 405/2011 surgiu com o voto contrário do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador considerou que a energia termonuclear não é nociva ao meio ambiente, por ter uma forma de geração “mais limpa”.

Cristovam concordou com o argumento, mas observou que “esse cenário muda radicalmente em caso de acidente”. Ele comentou denúncias sobre pagamento de propina na obra da usina nuclear de Angra 3.

Se houve desvio de recursos, isso pode ter afetado o nível de segurança. O receio foi compartilhado por Jorge Viana (PT-AC), que sugeriu à comissão requerer informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

Quanto ao PLS 54/2016, Dario Berger (PMDB-SC) se disse preocupado com o agravamento das penas:

— Acredito que a legislação já estabelece penalidades compatíveis com a prática.

Vai a Plenário inclusão de Carlos Gomes entre os heróis da pátria

Autor da ópera *O Guarani*, o maestro Carlos Gomes pode se tornar o mais novo brasileiro ilustre a ter seu nome inscrito no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, mantido no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília. É o que sugere projeto (PLC 57/2016) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e que segue ao Plenário.

Nascido em Campinas (SP), em 1836, o maestro fez sucesso num dos mais importantes teatros de ópera do mundo, o Scala de Milão, na Itália. O projeto para a inclusão do maestro entre os heróis da pátria é do deputado Paulo Freire (PR-SP). Para o autor, “Carlos Gomes não apenas projetou o Brasil no cenário musical internacional, em pleno século 19, como também continua a encantar os apreciadores das suas composições”.

Os acordos que marcam a abertura do programa *A Voz do Brasil*, veiculado em cadeia nacional de rádio, fazem parte de *O Guarani*, ópera baseada no romance de José de Alencar.

Na CE, o voto favorável de Marta Suplicy (PMDB-SP) foi apresentado por Antonio Anastasia (PSDB-MG). Para os senadores, a homenagem ao maestro é uma forma de reconhecer seu mérito artístico e promover a difusão da cultura nacional.

Carlos Gomes começou a estudar música aos 10 anos. Apresentou no Rio suas primeiras óperas: *A Noite do Castelo* (1861) e *Joana de Flandres* (1863).

Com o apoio do imperador Pedro II, ele foi para Itália, onde recebeu em 1866 o título de maestro no Conservatório de Milão. Ao longo da carreira, compôs outras óperas, como *O Escravo* e *Hino a Camões*.

Carlos Gomes morreu em 1896, no Pará, aos 60 anos, com câncer. Ele ocupava a diretoria do Conservatório de Música de Belém.

Educação à distância

A CE aprovou também o PLC 67/2016, que transforma o 27 de novembro no Dia Nacional de Educação à Distância. A proposta também irá a Plenário. A autora, deputada Professora Dorinha (DEM-TO), explica que a intenção é comemorar a rápida expansão desse sistema na atualidade e incentivar a adesão das novas gerações.

Dorinha ressalta que a aprendizagem fora da sala de aula, com o apoio de diferentes tecnologias, vem há décadas ajudando no crescimento da mão de obra qualificada. Registrou que ao menos 15% dos universitários no país estão cursando o ensino superior por meio da internet e de satélites artificiais, em programas credenciados pelo Ministério da Educação.

Cristovam Buarque (PPS-DF), relator, considerou oportuno reconhecer a contribuição que vem sendo dada pela educação à distância para a redução das desigualdades de acesso à educação no país. Para o senador, o modelo se revela como meio eficaz para a expansão e a melhoria da qualidade da educação.



Comissão vota proposta que cria Dia Nacional da Educação à Distância

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Será promulgado projeto de decreto legislativo que confirma pacto assinado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai para utilização de reservatório subterrâneo de água

Senado aprova acordo sobre Aquífero Guarani

FOI APROVADO NO Plenário o projeto de decreto legislativo que confirma o Acordo sobre o Sistema Aquífero Guarani, assinado em San Juan, Argentina, em 2010. O texto agora vai para a promulgação.

O PDS 24/2017, proveniente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, define o Sistema Aquífero Guarani como um recurso hídrico que ultrapassa fronteiras geográficas, integrando o domínio territorial soberano do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

Determina que a utilização do sistema deve se basear em “critérios de uso racional e sustentável” e respeitar a obrigação de não causar prejuízo aos demais países nem ao meio ambiente.

O documento institui um conjunto de normas para o desenvolvimento de ações de conservação e aproveitamento sustentável dos recursos hídricos do Aquífero Guarani,



Cássio Cunha Lima preside sessão deliberativa do Plenário em que se aprovou o Acordo sobre o Sistema Aquífero Guarani

respeitando o domínio territorial de cada parte sobre as porções do aquífero.

Transparência

Uma das obrigações previstas no texto é o dever de transparência e de facilitação da troca de informações. Dessa forma, um país deve repassar

os dados técnicos disponíveis e os resultados de avaliação dos impactos ambientais de toda atividade ou obra a se desenvolver no território de outro país, de maneira que todos possam avaliar seus possíveis efeitos com antecipação.

Caso o país afetado avalie que a execução da atividade

ou das obras projetadas pode causar-lhe prejuízo sensível, poderá indicar suas conclusões ao responsável pela atividade, com uma exposição documentada das razões que a fundamentam, iniciando assim, pela fase de negociações diretas, o processo de solução de controvérsias para

que a questão seja definida de comum acordo.

O projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), relatado por Ana Amélia (PP-RS).

Estrutura do Senado

O Plenário aprovou também o projeto de resolução que consolida as alterações promovidas na estrutura administrativa do Senado em 2016 (PRS 12/2017). Com o texto, ficam revogadas mais de 50 resoluções anteriores do Senado.

De acordo com a Comissão Diretora, ao longo do último ano o Senado editou vários atos responsáveis por continuar a racionalização da estrutura administrativa da Casa, para redução de custos e eficiência da prestação dos serviços que o Senado oferece à sociedade. O projeto em questão incorpora essas medidas ao regimento administrativo da Casa.

Audiência pública vai tratar de saques do FGTS

A comissão mista de análise da medida provisória que autorizou saque de contas inativas do FGTS vai promover uma audiência pública para discutir o tema, mesmo com 8 milhões de brasileiros já tendo feito seus saques após a edição da MP 763/2016.

Para o debate serão convidados representantes da Caixa, da Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A MP autorizou saques do FGTS de contas que estavam inativas até 31 de dezembro de 2015. De acordo com o governo, 10 milhões de pessoas têm direito a esses recursos, o que deve totalizar mais de R\$ 30 bilhões a serem liberados em cinco etapas.

A autora do requerimento para audiência, deputada Margarida Salomão (PT-MG), acredita que, apesar de os trabalhadores já estarem no meio do processo de retirada do dinheiro, é preciso esclarecer a importância do FGTS.

— É uma coisa que tem que ser bem discutida. Seria muito impróprio que definíssemos uma matéria tão relevante quanto essa, que é uma alteração nas regras que regem o Fundo de Garantia, sem ouvir os trabalhadores, a Caixa.

O relator da MP, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), contestou a necessidade de audiências e lembrou que os saques já estão na segunda fase.

— É um assunto extremamente técnico. Mais de 8 milhões de brasileiros já sacaram o FGTS dessas contas inativas, perfazendo mais de R\$ 12 bilhões, que vêm alimentar e fomentar o crescimento da nossa economia. A edição da MP foi uma decisão acertadíssima.

Os saques do FGTS vão até julho e variam de acordo com o mês de aniversário do beneficiário.

Da Rádio Senado

Líder pede prazo para vencer impasse na Comissão de Orçamento

O líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE), pediu o prazo de uma semana para tentar resolver o impasse que vem impedindo a eleição do presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e as reuniões do colegiado. Neste ano, o cargo cabe a um senador do PMDB.

Moura negociou o prazo ontem com integrantes da comissão, logo após a reunião da CMO ter sido encerrada por falta de quorum. Como membro mais velho do colegiado, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) vem atuando como presidente até que outro parlamentar seja eleito.

O impasse é provocado pelo PMDB e pelo PSDB no Senado, que não indicaram seus representantes. O primeiro partido tem direito a seis vagas (três titulares e três suplentes). Os tucanos têm duas (um titular e um suplente). Inicialmente, as lideranças das duas legendas haviam apresentado os nomes, mas depois os retiraram.

Os parlamentares evitam discutir os

motivos do impasse, porém cobram a imediata eleição do presidente da comissão e o início dos trabalhos deste ano.

Prazo legal

Nos poucos minutos que durou a reunião de ontem, foi lembrado que o regimento do colegiado permite ao presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira, indicar os membros da comissão caso os líderes não o façam até o quinto dia útil de março.

— Os outros partidos com assento na comissão não podem ficar à deriva do PMDB. As questões políticas do PMDB no Senado com o governo devem ser resolvidas com o governo — disse o senador Benedito de Lira (PP-AL).

Ante as queixas, Moura pediu uma semana para negociar com o PMDB e o PSDB.

— Não queremos começar o trabalho em uma comissão tão importante como esta sem ser de comum acordo com todos os partidos da base aliada — afirmou o líder.

Ele afirmou, no entanto, que, se

não for possível chegar a um acordo, a questão será definida no voto. A próxima reunião será na terça-feira.

— O governo prefere trabalhar até o último momento para construir o entendimento. Não sendo construído, na terça-feira vamos a voto, para que a maioria eleja um senador para presidir a comissão.

Valadares apoiou o prazo pedido por Moura e destacou que a eleição de um nome de fora do PMDB deve ser vista como um plano B, a ser usado em último caso.

— Eu, como presidente, não quero criar problema para nenhum partido — comentou.

LDO 2018

Valadares defendeu, entretanto, o início imediato dos trabalhos da CMO. A preocupação dele e de outros parlamentares é que a demora prejudique a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, que chegou à comissão no mês passado.

— Se continuar deste jeito, vamos ter menos de dois meses para analisar a LDO — apontou o deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), referindo-se ao término dos trabalhos do primeiro semestre legislativo, em julho.

Por outro lado, o deputado Cacá Leão (PP-BA) se mostrou otimista quanto à negociação com o PMDB e o PSDB.

— O que a gente precisa é apressar, mas acredito que esse impasse vai ser resolvido até a terça-feira — disse.

Leão foi indicado pelo bloco PP/PTN/PHS/PTdoB para a relatoria da proposta orçamentária de 2018 (LOA), que chega ao Congresso em agosto. Neste ano, a relatoria cabe à Câmara, e o bloco é o maior da Casa.

Da Agência Câmara



Valadares, presidente provisório da comissão, fala sobre escolha do novo ocupante do cargo

Chacina em Mato Grosso é fruto da omissão do Estado, aponta debate

Segundo participantes de audiência, autoridades não tomaram providências quanto a conflitos sociais até o massacre de 19 de abril

O MASSACRE DE nove trabalhadores rurais ocorrido em Colniza (MT) em 19 de abril foi discutido em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Representantes de movimentos sociais e de órgãos públicos que falaram ontem sobre as investigações consideraram a chacina uma consequência da omissão dos governos municipal, estadual e federal quanto à catástrofe social existente na região. Os trabalhadores foram torturados e assassinados a tiros e a golpes de facão.

Há também a convivência das forças de segurança pública com os fazendeiros que agem de forma violenta, segundo Inácio Werner, do Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso e da Comissão Pastoral da Terra.

— Uma das principais causas da violência no norte do estado é o fato de a própria polícia admitir, em alguns casos, ter os cadeados de fazendas naquelas localidades. Por aí se vê que, se depender de autoridades locais, uma solução para a barbárie vivida não vai sair. A polícia admite que tem um lado, a defesa de terras griladas — criticou.

Pistolagem

Werner também apontou uma “grande lentidão” de órgãos estaduais e federais na definição quanto aos títulos de posse.

— Desde 2005, o Ministério Público vem cobrando o Incra quanto à posse daqueles títulos, pois existe uma evidente indicação de que são totalmente frágeis — denunciou.

Ele apresentou aos senadores um vídeo feito pela Comissão Pastoral da Terra com depoimentos e cenas de violências cometidas por capangas contra trabalhadores sem terra em todo o estado Mato Grosso. No vídeo, aparecem cenas de jagunços atirando contra agrupamentos de trabalhadores e gritando abertamente que “serão mortos” caso resistam a se retirar.

— Só no ano passado, ocorreram 272 ações de pistolagem em Mato Grosso, com mais de 800 famílias despejadas ou expulsas — disse.

Werner lamentou que os milhares



Regina Sousa (C) preside audiência sobre tortura e assassinato de nove trabalhadores rurais

de casos de assassinatos, exploração de trabalho escravo e pistolagem ocorridos no estado nas últimas décadas jamais tenham resultado em condenações na Justiça.

Ele ainda relatou que, em audiência em março do ano passado no Recanto Cinco Estrelas, em Novo Mundo (MT), um advogado de fazendeiros admitiu que seus clientes estavam gastando cada um entre R\$ 9 mil e R\$ 12 mil com “segurança”.

— Ou seja, eles admitem na frente das autoridades que contratam jagunços mesmo e nenhuma investigação é feita em torno disso — criticou.

Abandono

O jornalista Leonardo Aragão, que esteve em Colniza na semana passada acompanhando um grupo de parlamentares da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, disse que o clima no local é de medo.

— Os habitantes ficaram surpresos quando chegamos, pois há décadas nenhuma autoridade aparece por ali. É uma área totalmente abandonada pelo poder público — disse.

A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), confirmou que tem recebido muitos relatos de moradores que sentem medo e vontade de abandonar a

cidade após a chacina de 19 de abril.

José Medeiros (PSD-MT) confirmou que quem está lá “é porque com certeza quer mesmo um pedaço de terra para trabalhar”, devido também às imensas dificuldades estruturais daquela região.

Punição

O diretor do Incra Rogério Arantes declarou que o órgão tem atuado em parceria com o governo estadual pela prisão dos mandantes e executores da chacina. Para ele, é preciso que a punição dos culpados se torne “um exemplo de repressão” a outros criminosos que planejem atrocidades do mesmo tipo.

— Essa parceria também está relacionada ao reassentamento de trabalhadores de Colniza e outras regiões de Mato Grosso, a partir da identificação da titularidade das terras — afirmou.

A procuradora federal Deborah Duprat disse perceber “um clima de barbárie tomando conta do país”, devido à banalização de crimes contra sem terra, indígenas e outros setores marginalizados da sociedade ocorridos nos últimos meses. Ela foi apoiada por Edson Silva, do Movimento de Resistência Popular (MRP), e pelos senadores Fátima Bezerra (PT-RN) e Humberto Costa (PT-PE).

Assentados poderão explorar energias eólica e solar

Beneficiários da reforma agrária poderão celebrar contratos com terceiros para exploração de energia eólica ou solar. A medida consta de projeto (PLS 384/2016) aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). O texto de José Agripino (DEM-RN) foi modificado por substitutivo do relator, José Medeiros (PSD-MT), e segue para votação final na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Originalmente, o projeto previa que, nos imóveis rurais com condições de produzir energia eólica ou solar, o Incra autorizaria o beneficiário da reforma agrária a firmar contratos com terceiros para exploração desse potencial energético. O substitutivo ressaltou que esses contratos deverão ser feitos de forma complementar às atividades de cultivo da terra e ter autorização do órgão federal competente para a execução do Programa Nacional de Reforma Agrária.

— Dessa forma, evita-se que a exploração de energia eólica e solar se torne a atividade principal da área. Se isso ocorresse, poderia contribuir para o agricultor migrar para as cidades por ter como meio de sustento a renda obtida pelo arrendamento das terras para a produção de eletricidade, o que não se deseja — explicou Medeiros.

Cosméticos

A CMA aprovou ainda um requerimento de audiência sobre um projeto que proíbe o uso de animais em pesquisas para a produção de cosméticos (PLC 70/2014). O pedido foi feito pelo relator da proposta na comissão, Jorge Viana (PT-AC)

— O que vai se discutir é o uso ou não de animais como cobaias para o desenvolvimento de produtos cosméticos. Hoje existe um movimento contra o uso, porque existem, inclusive, tecnologias inovadoras que dispensam o uso do animal para esse fim — comentou Viana.

O debate poderá acontecer no final de maio, reunindo representantes do governo, da indústria cosmética, do setor de pesquisas e de entidades de proteção dos animais.

Requião questiona reforma trabalhista que chega ao Senado

Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a proposta de reforma trabalhista, que chega agora ao Senado



tados por ele é que demissões em massa não precisarão mais da concordância dos sindicatos.

após aprovação pelos deputados, enfraquece os sindicatos ao fixar que o negociado entre patrão e empregado valerá mais do que as leis. O senador fez alertas sobre os prejuízos que os empregados sofrerão se a proposta for aprovada no Senado conforme saiu da Câmara.

Um dos pontos salien-

Além disso, quem aderir a plano de demissão voluntária não poderá reclamar direitos.

— É a nossa obrigação como parlamentares evitar o retrocesso e recolocar o país rumo a um novo pacto social, com uma legislação trabalhista e previdenciária avançada, não com falácias.

Vanessa considera greve um sucesso e critica repressão a manifestações

A greve geral de sexta-feira foi a maior paralisação dos trabalhadores nas últimas décadas, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora interpretou a greve como uma mensagem do trabalhador contra as reformas trabalhista e previdenciária do governo Temer.

Vanessa disse que os trabalhadores não têm culpa da crise e lamentou a “repressão desmedida” aos manifestantes



de sexta-feira em várias cidades. Ela chamou a atenção para as pessoas que continuam presas desde os incidentes, incluindo pais de família que não cometeram nenhum crime.

— Foi um dos movimentos mais conscientes a que nós já assistimos no país. Foi um movimento forte, decidido, e que teve uma repressão, infelizmente uma repressão desmedida.

Lindbergh lamenta convulsão social no Rio e pede investimento público

O Rio de Janeiro enfrenta um cenário de convulsão social, disse Lindbergh Farias (PT-RJ). Ele men-



cionou recentes casos de violência, como a queima de nove ônibus.

Para o senador, isso é consequência da desintegração de políticas públicas, da corrupção, de isenções fiscais indevidas e do aumento de gastos do estado. O senador afirmou que a crise econômica atingiu o Rio

com a redução dos investimentos da Petrobras pela metade. Por isso, considera que o governo deveria seguir no rumo do investimento público para retomar a economia.

Ele também defendeu a antecipação para outubro deste ano das eleições presidenciais previstas para outubro de 2018, para que o eleito tenha legitimidade para governar e promover os ajustes de que o país precisa.